



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

17 de Abril de 2012

PROPOSTA RELATIVA AO PONTO 5 DA ORDEM DO DIA

Conferir autorização ao Conselho de Administração Executivo para a aquisição e alienação de obrigações próprias pela EDP e sociedades participadas

Tendo em consideração que:

- A) O Contrato de Sociedade permite, de acordo com o número 1 do artigo 6.º, efectuar sobre obrigações próprias ou outros valores mobiliários emitidos pela EDP as operações legalmente permitidas;
- B) Que se considera conveniente, do ponto de vista do interesse da sociedade e do Grupo EDP, dispor de autorização para adquirir ou alienar obrigações próprias,

o Conselho de Administração Executivo propõe à Assembleia Geral aprovar a seguinte deliberação:

Aprovar conferir autorização ao Conselho de Administração Executivo da EDP para efectuar a aquisição e alienação de obrigações próprias ou, independentemente do direito aplicável, de outros valores mobiliários ou títulos representativos de dívida da EDP e/ou de suas sociedades dependentes, actuais ou futuras, pelo período de 18 meses e em qualquer modalidade negocial, quer fora de bolsa quer no âmbito de mercados regulamentados nacionais ou internacionais, com recurso ou não a intermediários financeiros, por transacção directa ou mediante instrumentos derivados, bem como de acordo com as demais condições e limites seguintes:

Aquisição

- a) **Número máximo de obrigações a adquirir:** o número total de obrigações de cada emissão realizada;

b) Contrapartidas mínima e máxima da aquisição:

- O preço de aquisição terá como limites máximo e mínimo, respectivamente, 120% da média ponderada e 80% do valor mínimo das cotações da emissão publicadas nas últimas 5 sessões de negociação anteriores à data da aquisição;
- Para emissões não cotadas na NYSE Euronext Lisbon, independentemente da sua eventual cotação ou não noutros mercados, os limites máximo e mínimo aferem-se relativamente aos valores publicados por uma entidade com reputação internacional no mercado de obrigações;
- Para emissões não referenciadas em conformidade com o parágrafo precedente, os limites aferem-se relativamente ao valor indicado por consultor independente e qualificado ou por intermediário financeiro designado pelo Conselho de Administração Executivo;
- Se a operação resultar ou estiver relacionada com o exercício de condições contratuais previstas noutra emissão de títulos, o preço será o que resultar das referidas condições;

c) **Momento da aquisição:** o Conselho de Administração Executivo determinará o momento em que deverá ser realizada cada aquisição, podendo efectuar aquisições por uma ou mais vezes de acordo com o que julgar mais conveniente para a prossecução do interesse social.

Alienação

a) **Número máximo de obrigações a alienar:** o número total de obrigações detidas;

b) Contrapartida mínima da alienação:

- O preço de alienação terá como limite mínimo 80% da média ponderada das cotações da emissão publicadas nas últimas 5 sessões de negociação anteriores à data da alienação;
- Para emissões não cotadas na NYSE Euronext Lisbon, independentemente da sua eventual cotação ou não noutros mercados, o limite afere-se



relativamente ao preço médio de compra e venda publicado por uma entidade com reputação internacional no mercado de obrigações;

- Para emissões não referenciadas em conformidade com o parágrafo precedente, o limite afere-se relativamente ao valor indicado por consultor independente e qualificado ou por intermediário financeiro designado pelo Conselho de Administração Executivo;
 - Se a operação resultar ou estiver relacionada com o exercício de condições contratuais previstas noutra emissão de títulos, o preço será o que resultar das referidas condições;
- c) **Momento da alienação:** o Conselho de Administração Executivo determinará o momento em que deverá ser realizada cada alienação, podendo efectuar alienações por uma ou mais vezes de acordo com o que julgar mais conveniente para a prossecução do interesse social.

Lisboa, 8 de Março de 2012

EDP – Energias de Portugal, S.A.

Pelo Conselho de Administração Executivo



António Mexia



Miguel Stilwell de Andrade